



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO POR SRP – PARTICIPAÇÃO AMPLA

Modo de Disputa: “ABERTO”

Pregão Eletrônico n.º 82/2024

Edital n.º 98/2024

Processo Administrativo n.º 681/2024

Endereço Eletrônico: <https://bll.org.br/>.

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 03 de dezembro de 2024.

Recebimento de Proposta até: 16 de dezembro de 2024 – 08h30min

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 16 de dezembro de 2024 – às [09]h[00]min.

A Prefeitura Municipal de Itirapina, Estado de São Paulo, por intermédio da senhora **Prefeita Municipal Maria da Graça Zucchi Moraes**, CPF nº553.097.808-82, usando sua competência, torna público que se acha aberta no Paço Municipal, situada à Avenida 01, nº 106, Centro, Itirapina/SP, o processo licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico n.º 82/2024**, julgamento será o de **Menor Valor Unitário Por Lote**, originário do **Processo Administrativo n.º 681/2024**, realizará licitação nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no site "BLL Licitações", constante da página eletrônica do BLL – Licitações Públicas, no endereço <https://bll.org.br/>.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico <https://bll.org.br/>, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados pelo **Decreto Municipal n.º 4.074, de 31 de julho de 2023** autorizados pela autoridade competente.

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto, **registro de Preços para aquisição de materiais hospitalares, com a finalidade de atender as necessidades do município de Itirapina/SP pelo período de 12 meses.** Em conformidade com as especificações técnicas constantes do **Anexo I**.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Podendo ser prorrogado conforme Lei.

2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Participantes. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Municipal que estejam registrados no BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, que atuem em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para



participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

2.1.1. O registro no BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do no BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

2.1.2. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para a inscrição no Cadastro, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso estão disponíveis no endereço eletrônico <https://bll.org.br/>.

2.2. Vedações. Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:

2.2.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.2.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.5. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.2.7. O impedimento de que trata o item será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.2.8. Que estejam proibidas de participar da licitação ou de celebrar a contratação em decorrência do efeito de sanção registrada no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (artigo 22 da Lei



Federal nº 12.846/2013), ou no Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (artigo 37 do Decreto Estadual nº 67.301/2022).

2.3. Inexistência de fato impeditiva à participação. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado declare, ao acessar o ambiente eletrônico de contratações do BLL – Licitações Públicas, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistente qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, bem como que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BLL – Licitações Públicas, relativos a Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.

2.4. Uso do sistema BLL – Licitações Públicas. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do sítio eletrônico <https://bll.org.br/>.

2.5. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.

2.6. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

2.7. Direito de preferência. Para o exercício do direito de preferência de que trata o item 5.6 e subdivisões, bem como para a fruição do benefício de habilitação previsto na alínea “f” e subdivisão do item 5.9, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte deverá constar do registro da licitante junto ao BLL, sem prejuízo do disposto nos itens 4.6.3 e 4.6.4. deste Edital.

3. PROPOSTAS

3.1. Envio. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço <https://bll.org.br/> na opção própria desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.

3.2. Preços. Os preços unitários e totais serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, em algarismos, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados ao fornecimento do objeto da presente licitação, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

3.2.1. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.

3.2.2. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.



3.2.3. As propostas serão desclassificadas que contiverem vícios insanáveis, não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital, apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação, não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração e apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável

3.3. Cadastramento da proposta

3.3.1. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.4. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3. ou 05. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital

3.5. Simples Nacional. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados pelo Pregoeiro.

3.5.1. Caso venha a ser contratada, a microempresa ou empresa de pequeno porte na situação descrita no item 3.5. deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até



o último dia útil do mês subsequente àquele em que celebrado a contratação, nos termos do artigo 30, *caput*, inciso II, e §1º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

3.5.2. Se a contratada não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o item 3.5.1, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que a empresa seja excluída de ofício do Simples Nacional, nos termos do artigo 29, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

3.6. Reajuste. O preço ofertado permanecerá fixo e irremovível.

3.6. Validade da proposta. Na ausência de indicação expressa em sentido contrário no **Anexo II**, o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

4. HABILITAÇÃO

4.1. Os documentos relativos à habilitação exigidos são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2. Habilitação jurídica

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.3. Regularidade fiscal e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);
- d) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);
- e) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

f) Certidão emitida pela Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à



Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

g) Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

4.5. Qualificação Técnica

4.5.1. Os licitantes devem apresentar os seguintes documentos técnicos, em um prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após o certame:

4.5.1.1. Licença Sanitária emitida pelo órgão responsável pela Vigilância Sanitária, em vigor na data de abertura do certame ou cópia da publicação no Diário Oficial da União com prazo para comercialização legível.

4.5.1.2. Comprovação da Autorização de Funcionamento da empresa participante da Licitação, junto ao Ministério da Saúde, através da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

4.5.1.3. Certificado de responsabilidade do farmacêutico responsável junto ao Conselho Regional de Farmácia da Unidade Federativa a qual a empresa pertença dentro do prazo de validade.

4.5.1.4. Para os itens com exigência legal de Registro junto a ANVISA, deve ser apresentada comprovação de Registro ou Notificação Simplificada vigentes dos produtos cotados. Caso a validade do registro esteja vencida, apresentar o registro vencido juntamente com o pedido de revalidação junto a ANVISA.

4.5.2. Para os itens isentos de registro deve ser apresentada documentação comprobatória dessa condição.

4.5.3. Os registros devem ser identificados de acordo com a numeração do item no edital e apresentarem-se em ordem crescente para facilitar a conferência.

4.5.4. Os documentos deverão ser encaminhados eletronicamente para o email: CSFARMACIA3@ITIRAPINA.SP.GOV.BR com um papel timbrado da empresa contendo as seguintes informações:

- A.** Número do pregão;
- B.** Nome da empresa fornecedora;
- C.** Cópia da proposta atualizada indicando as marcas licitadas;

4.4. Qualificação econômico-financeira

A) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;

A.1) Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.



A.2) Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

4.5. Declarações e outras comprovações

4.5.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.1**, atestando que:

A) Se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº 42.911/1998;

B) Não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.2 deste Edital;

C) Não possuem empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

4.5.2. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.2**, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013.

4.5.3. Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.3**, declarando seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

4.5.4. Comprovação da condição de ME/EPP. Sem prejuízo da declaração exigida no item 4.6.3 e admitida a indicação, pelo licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte será comprovada da seguinte forma:

4.5.4.1. Se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial competente;

4.5.4.2. Se sociedade simples, pela apresentação da “Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte”, expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

4.5.5. Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007:

4.5.5.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.4**, declarando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006;



4.5.5.2. Sem prejuízo da declaração exigida no item 4.6.5.1 e admitida a indicação, pelo licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 será comprovada pela Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente que comprove Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

4.6. Disposições gerais sobre os documentos de habilitação

4.6.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas nos 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

4.6.2. O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor das declarações solicitadas no item 4.6 deste Edital e das comprovações de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica (caso exigidas nos itens 4.4. e 4.5), aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes.

4.6.3. Se o licitante for a matriz, os documentos exigidos no item 4.3. deverão estar em nome da matriz, e, se for filial, os documentos exigidos no item 4.3. deverão estar em nome da filial que, na condição de licitante, executará o objeto da contratação, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.6.4. O licitante que se considerar isento ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal ou trabalhista seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.7. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

5. SESSÃO PÚBLICA E JULGAMENTO

5.1. Abertura das propostas. No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

5.2. Análise. A análise das propostas pelo Pregoeiro se limitará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e à legislação vigente.

5.2.1. Serão desclassificadas as propostas:

- a)** cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
- b)** que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c)** apresentadas por licitante impedida de participar, nos termos do item 2.2 deste Edital;
- d)** que apresentem preços unitários ou total simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos ou salários de mercado;



e) formuladas por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do certame licitatório.

5.2.2. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro.

5.2.3. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

5.2.4. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.3. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

5.4. Lances. Será iniciada a etapa de lances com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.

5.4.1. Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio do sistema eletrônico em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada em ambos os casos a redução mínima fixada no item 5.4.2, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

5.4.2. O valor de redução mínima entre os lances será de 01% (um por cento) e incidirá sobre o valor unitário do item.

5.4.3. A etapa de lances terá a duração de 10 (quinze) minutos.

5.4.3.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 02 (três) minutos do período de que trata o item 5.4.3 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

5.4.3.2. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no item 5.4.3.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o segundo minuto contado a partir do registro no sistema do último lance que ensejar prorrogação.

5.4.4. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

5.4.4.1. Dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;

5.4.4.2. Do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

5.5. Classificação. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante.

5.6. Empate ficto. Com base na classificação a que alude o item 5.5, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

5.6.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta



melhor classificada, será convocada pelo Pregoeiro para que apresente preço inferior ao da melhor classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência. Caso haja propostas empatadas, a convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio.

5.6.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no item 5.6.1.

5.6.3. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o item 5.5, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

5.6.4. Sempre que, em momento subsequente, a proposta melhor classificada não for aceita, ou for desclassificada ou inabilitada, e antes de o Pregoeiro passar à proposta subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência de empate ficto, nos termos dos itens 5.6 e 5.6.1 a 5.6.3 do Edital, se for o caso.

5.7. Negociação. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.

5.8. Aceitabilidade. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

5.8.1. A aceitabilidade dos preços será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo Órgão Gerenciador que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

5.8.2. Não serão aceitas as propostas que tenham sido apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional e que, não obstante, tenham considerado os benefícios desse regime tributário diferenciado.

5.8.3. Na mesma sessão pública, o Pregoeiro solicitará da licitante detentora da melhor oferta o envio, no campo próprio do sistema, da planilha de proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo do **Anexo II** deste Edital, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação a partir do valor total final obtido no certame.

5.8.3.1. A planilha de proposta deverá conter indicação da procedência, marca e modelo do produto ofertado, observadas as especificações do Termo de Referência constante do **Anexo I**.

5.8.3.2. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes os esclarecimentos que julgar necessários.

5.8.3.3. A critério do Pregoeiro, a sessão pública poderá ser suspensa por até 02 (dois) dias úteis para a apresentação da planilha de proposta em conformidade com o modelo do **Anexo II**.

5.8.3.4. Se a licitante detentora da melhor oferta deixar de cumprir a obrigação estabelecida no item 5.8.3, sua proposta não será aceita pelo Pregoeiro.



5.9. Exame das condições de habilitação. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, e extraídos dos documentos indicados no item 4 deste Edital;

b) Caso os dados e informações não atendam aos requisitos estabelecidos no item 4 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações. Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

c) A licitante poderá suprir eventuais omissões ou sanear falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos neste Edital mediante a apresentação de documentos, preferencialmente no campo próprio do BLL Licitações Públicas ou por correio eletrônico a ser fornecido pelo Pregoeiro no chat do sistema, desde que os envie no curso da própria sessão pública e antes de ser proferida a decisão sobre a habilitação.

d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem 5.9, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;

e) Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas dos documentos enviados na forma constante da alínea “c” deverão ser apresentados no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, em até 02 (dois) dias após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e aplicação das penalidades cabíveis;

e.1) Os documentos poderão ser apresentados mediante publicação em órgão da imprensa oficial, ou por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração; ou

e.2) Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

f) A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas ou empresas de pequeno porte será exigida apenas para efeito de celebração da contratação. Não obstante, a apresentação de todas as certidões e documentos exigidos para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será obrigatória na fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição ou impedimento.



f.1) A prerrogativa tratada na alínea “f” abrange apenas a regularidade fiscal e trabalhista do licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, não abrangendo os demais requisitos de habilitação exigidos neste Edital, os quais deverão ser comprovados durante o certame licitatório e na forma prescrita neste item 5.9.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

h) Havendo necessidade de maior prazo para analisar os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat eletrônico a nova data e horário para sua continuidade.

i) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. O Pregoeiro deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.

5.10. A licitante habilitada nas condições da alínea “f” do item 5.9 deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

5.11. Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea “f”, do item 5.9, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no item 5.10 para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista.

5.12. Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que trata o item 5.10, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação.

5.13. Exame da oferta subsequente. Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que tratam os itens 5.5 e 5.6, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

6. RECURSO, HOMOLOGAÇÃO E CELEBRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO

6.1. Recursos. Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro informará às licitantes por meio de mensagem lançada no sistema que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando exclusivamente o campo próprio disponibilizado no sistema.



6.2. Havendo interposição de recurso o Pregoeiro informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões recursais no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de preclusão. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s) no prazo comum de 03 (três) dias úteis contados a partir do término do prazo para apresentação, pelo(s) recorrente(s), dos memoriais recursais, sendo-lhes assegurada vista aos autos do processo no endereço indicado pela Unidade Compradora.

6.3. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico no sítio <https://bll.org.br/>, opção “RECURSO”. A apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo dentro dos prazos estabelecidos no item 6.2.

6.4. A falta de interposição do recurso na forma prevista no item 6.1 importará na decadência do direito de recorrer, podendo o Pregoeiro declarar o vencedor do certame na própria sessão pública e, em seguida, propor à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

6.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.6. Homologação. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

6.7. Convocação para assinatura da Ata de Registro. Serão convocados para assinar a Ata de registro de Preços, respeitados os quantitativos ofertados e a ordem de classificação do certame, a licitante vencedora e os fornecedores que concordarem com as condições previstas no item 5.14 do Edital.

6.7.1. A convocação será feita pelo Órgão Gerenciador em até 3 (três) dias úteis após a publicação, em Diário Oficial do Município e/ou Diário Oficial do Estado, do ato que homologou o procedimento licitatório.

6.7.2. Salvo disposição diversa constante no ato de convocação, o prazo para assinatura da Ata de Registro pelo fornecedor, com a utilização de meio eletrônico nos termos da legislação aplicável, será de 3 (tres) dias úteis, contados da data da convocação, e a Ata de Registro será celebrada pela mesma autoridade que subscreveu o Edital.

6.7.3. O prazo do item 6.7.2 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, por solicitação do fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Órgão Gerenciador.

6.7.4. Caso a empresa não compareça ou não tenha encaminhado às respectivas vias do termo no prazo estipulado para a assinatura da Ata de Registro, **decairá do direito de contratar e poderá ser punida** com multa de até **20%** (vinte por cento) **do valor total ganho**, sendo convocada a seguinte na ordem de classificação.



7. DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

7.1. Desconexão. À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

7.2. Efeitos. A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;

b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.

7.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

8. EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Remissão ao Termo de Referência. O objeto a ser fornecido deve estar em conformidade com o cronograma de entregas juntamente com os demais disseses do Termo de Referência, que constitui o **Anexo I** deste Edital.

9. CONTRATAÇÃO

9.1. Celebração. A contratação decorrente deste certame licitatório será formalizada mediante a assinatura de termo da ata de registro, cuja minuta integra este Edital como **Anexo VI**

9.1.1. Se, por ocasião da celebração da ata de registro, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, a Unidade Compradora verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando ao expediente os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

9.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no item 11.1.1 por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

9.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”.

9.1.4. Com a finalidade de verificar o eventual descumprimento pelo licitante das condições de participação previstas no item 2.2 deste Edital serão consultados, previamente à celebração da contratação, os seguintes cadastros:



9.1.4.1. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

9.1.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

9.1.4.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992);

9.1.4.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

9.1.4.5. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.corregedoria.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>);

9.1.4.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

9.1.5. Constituem, igualmente, condições para a celebração da ata de registro:

9.1.5.1. A apresentação do(s) documento(s) que a adjudicatária, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir antes da celebração da ata de registro por meio de declaração específica, caso exigida no item 4.1.4.6 deste Edital;

9.1.5.2. A indicação de gestor encarregado de representar a adjudicatária com exclusividade perante o detentor, caso se trate de sociedade cooperativa.

9.2. A adjudicatária será convocada pela Unidade Compradora para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da convocação. A Ata de Registro será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

9.3. Celebração frustrada. As demais licitantes classificadas serão convocadas para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração da ata de registro, quando a adjudicatária:

9.3.1. Deixar de comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, nos moldes do item 5.10, ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto na alínea “e” do item 5.9;

9.3.2. For convocada dentro do prazo de validade de sua proposta e não apresentar a situação regular de que tratam os itens 11.1.1 a 11.1.5 deste Edital.

9.3.3. Recusar-se a assinar a Ata de Registro ou não assinar a Ata de Registro no prazo e condições estabelecidos;

9.3.4. For proibida de participar desta licitação, nos termos do item 2.2 deste Edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

9.4. A nova sessão de que trata o item 11.3 será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis contados da publicação do aviso no Diário Oficial do Município de Itirapina.

9.4.1. O aviso será também divulgado nos endereços eletrônicos (<https://bll.org.br/>) e www.itirapina.sp.gov.br, opção “LICITAÇÕES”.

9.4.2. Na nova sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos itens 5.7 a 5.10 e 6.1 a 6.7 deste Edital.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. Forma. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema, encontrado na opção “EDITAL”. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.3. Decisão. As impugnações serão decididas pelo pregoeiro, auxiliado pelo órgão de assessoramento que elaborou ou participou da elaboração bem como seu subscritor; Os pedidos de esclarecimentos respondidos pelo Pregoeiro. Ambas decisões deverão ser proferidas até o 3º dia até o dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública.

11.3.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.

11.4.2. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão alocados aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.



11.5. Aceitação tácita. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar a Ata de Registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar a Ata de Registro, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. Fraudar a licitação

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.



12.3.2. As peculiaridades do caso concreto

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor total registrado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3., a multa será de **0,5% a 15%** do valor total registrado.

12.5. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5., 0 e 0, a multa será de **15% a 30%** do valor total registrado.

12.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar serão aplicadas ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5., 14.1.6., 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1., 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro Preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 6.7.1., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

12.11. As apurações de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



12.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Interpretação. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

13.2. Omissões. Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pelo órgão responsável pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL.

13.3. Atas. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, que após assinadas serão publicadas em forma de extrato no Diário do Município e Registrado em Sistema Eletrônico Próprio.

13.4. Sigilo dos licitantes. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:

13.4.1. Para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;

13.4.2. Para os demais participantes, até a etapa de habilitação;

13.5. Será excluído do certame o licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para a Unidade Compradora, para o Pregoeiro ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.

13.6. A exclusão de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação do licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pelo pregoeiro na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço".

13.7. Saneamento de erros e falhas. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

13.7.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

13.7.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.8. Publicidade. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e do Município nos sítios eletrônicos <http://www.itirapina.sp.gov.br> e <https://imprensaoficialmunicipal.com.br/itirapina>, respectivamente.

13.9. Prazos. Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.

13.10. Foro. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Itirapina do Estado de São Paulo.

13.11. Anexos. Integram o presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Proposta;

Anexo III.1 – Modelos de Declarações do Ministério do Trabalho e Emprego

Anexo III.2 – Modelo de declaração de elaboração independente de proposta e atuação conforme ao marco legal anticorrupção;

Anexo III.3. Modelo de declaração de enquadramento como ME ou EPP;

Anexo III.4. – Modelo de enquadramento com cooperativa;

Anexo V – Dados Contratuais;

Anexo VI – Minuta da Ata de Registro;

Itirapina, 02 de dezembro de 2024.

ADRIANA DE MORO LIMA

Secretária Municipal da Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa, através de registro de preços, para aquisição de materiais hospitalares, com a finalidade de atender as necessidades do município de Itirapina/SP pelo período de 12 meses.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O presente termo de referência tem como objeto o fornecimento de materiais hospitalares para atender as necessidades dos pacientes do Hospital São José e Atenção Básica e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município de Itirapina/SP.

3. DA QUALIDADE DOS PRODUTOS

3.1. Os produtos devem ser:

- a) de alta qualidade, com excelente acabamento, sem falhas ou quaisquer avarias;
- b) de excelente resistência, de modo a proporcionar a segurança do usuário;
- c) detentores de registro na ANVISA, quando couber;
- d) entregues obedecendo rigorosamente as cláusulas do Edital e seus anexos.
- e) entregues acondicionados, sempre que possível, em embalagens lacradas individualmente, identificados e em perfeitas condições de armazenagem.

3.2. Produtos de baixa qualidade, em desacordo com o Edital e seus anexos ou com a legislação vigente aplicada, serão rejeitados pela Secretaria da Saúde.

4. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS POR UNIDADES

Item	Código Conam	DESCRIPTIVO	APRESENTAÇÃO	HSJ	A.B	Educação
1	027.00007.001-01	Abaixador de língua confeccionado em madeira resistente, formato convencional liso, superfície e bordas arredondadas perfeitamente acabadas, espessura e largura uniformes, descartável, medindo aproximadamente 14 cm de comprimento; 1,4 cm de largura e 0,5 mm de espessura.	PCT C/ 100	250	250	0
2	27.500.1-01	Agulha descartável estéril 13 x 4,5 (26 G ½), atóxica, apirogênica, de uso único, com cânula siliconizada em aço inoxidável, bisel trifacetado, protetor plástico e canhão em polipropileno colorido de identificação do calibre (conforme ISO 6009), embaladas individualmente, compatíveis com conexões luer lock e luer slip.	UNID	10000	5000	0
3	27.500.2-01	Agulha descartável estéril 20 x 5,5 (24 G	UNID	7500	1000	0



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

		¾), atóxica, apirogênica, de uso único, com cânula siliconizada em aço inoxidável, bisel trifacetado, protetor plástico e canhão em polipropileno colorido de identificação do calibre (conforme ISO 6009), embaladas individualmente, compatíveis com conexões luer lock e luer slip.			0	
4	27.500.3-01	Agulha descartável estéril 25 x 7 (22G 1), atóxica, apirogênica, de uso único, com cânula siliconizada em aço inoxidável, bisel trifacetado, protetor plástico e canhão em polipropileno colorido de identificação do calibre (conforme ISO 6009), embaladas individualmente, compatíveis com conexões luer lock e luer slip.	UNID	1020 0	1250 0	0
5	27.500.5-01	Agulha descartável estéril 30 x 7 (22G 1 ¼), atóxica, apirogênica, de uso único, com cânula siliconizada em aço inoxidável, bisel trifacetado, protetor plástico e canhão em polipropileno colorido de identificação do calibre (conforme ISO 6009), embaladas individualmente, compatíveis com conexões luer lock e luer slip.	UNID	2010 0	5000	0
6	27.500.6-01	Agulha descartável estéril 30 x 8 (21G ¼), atóxica, apirogênica, de uso único, com cânula siliconizada em aço inoxidável, bisel trifacetado, protetor plástico e canhão em polipropileno colorido de identificação do calibre (conforme ISO 6009), embaladas individualmente, compatíveis com conexões luer lock e luer slip.	UNID	3000 0	5000	0
7	27.500.7-01	Agulha descartável estéril 40 x 12 (18G 1 ½), atóxica, apirogênica, de uso único, com cânula siliconizada em aço inoxidável, bisel trifacetado, protetor plástico e canhão em polipropileno colorido de identificação do calibre (conforme ISO 6009), embaladas individualmente, compatíveis com conexões luer lock e luer slip.	UNID	8500 0	1300 0	0
8	027.00012.0 001-01	Algodão hidrófilo branco composto de fibras 100% algodão, alvejadas, transformadas em mantas uniformes intercaladas com papel e isentas de impurezas, aprovado pela ABNT. Deve possuir pH neutro, ser macio, sem grumos e com boa absorção. Embalado individualmente em plástico.	Rolo 500 gramas	800	300	1000
9	027.00015.0	Aparelho de barbear descartável com	UNID	500	500	0



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

	003-01	duas lâminas inox paralelas, fita lubrificante proporcionando melhor deslizamento, cabo de plástico anatômico com estrias de borracha e proteção individual para lâmina. Embalado em saco plástico com 5 unidades.				
10	27.16.18-01	Atadura de crepom não estéril, com tamanho em repouso de 06 cm x 1,8m, densidade de 13 fios por centímetro quadrado. Composição: 70% algodão, 22% poliéster e 8% elastano. Trama regular fechada, com propriedade elástica e compressiva na superfície longitudinal e transversal, enroladas uniformemente. Com acabamento lateral e extremidades não desfiáveis; macia, absorvente, não abrasiva, hipoalergênica. Embalada individualmente, em material que garanta a integridade do produto. Acondicionada em pacotes com 12 unidades.	UNID	1500 0	5000 0	0
11	027.00522.0 004-01	Atadura de crepom não estéril, com tamanho em repouso de 10 cm x 1,8m, densidade de 13 fios por centímetro quadrado. Composição: 70% algodão, 22% poliéster e 8% elastano. Trama regular fechada, com propriedade elástica e compressiva na superfície longitudinal e transversal, enroladas uniformemente. Com acabamento lateral e extremidades não desfiáveis; macia, absorvente, não abrasiva, hipoalergênica. Embalada individualmente, em material que garanta a integridade do produto. Acondicionada em pacotes com 12 unidades.	UNID	1500 0	7000 0	0
12	27.16.20-01	Atadura de crepom não estéril, com tamanho em repouso de 15 cm x 1,8m, densidade de 13 fios por centímetro quadrado. Composição: 70% algodão, 22% poliéster e 8% elastano. Trama regular fechada, com propriedade elástica e compressiva na superfície longitudinal e transversal, enroladas uniformemente. Com acabamento lateral e extremidades não desfiáveis; macia, absorvente, não abrasiva, hipoalergênica. Embalada individualmente, em material que garanta a integridade do produto. Acondicionada em pacotes com 12 unidades.	UNID	1500 0	6000 0	0



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

13	027.00016.0 021-01	Atadura de crepom não estéril, com tamanho em repouso de 20 cm x 1,8m, densidade de 13 fios por centímetro quadrado. Composição: 70% algodão cru, 22% poliéster e 8% elastano. Trama regular fechada, com propriedade elástica e compressiva na superfície longitudinal e transversal, enroladas uniformemente. Com acabamento lateral e extremidades não desfiáveis; macia, absorvente, não abrasiva, hipoalergênica. Embalada individualmente, em material que garanta a integridade do produto. Acondicionada em pacotes com 12 unidades.	UNID	1500 0	5000 0	0
14	27.18.28-01	Cateter intravenoso periférico, estéril, 16GX1.88" (1,7X48mm), com fluxo de 147mL/min, agulha siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado, cateter radiopaco e flexível, protetor do conjunto agulha/cateter, formato anatômico que permite a remoção com apenas uma das mãos, conector Luer Lok Universal codificado com cores; câmara de refluxo com desenho que melhora a empunhadura e tampa da câmara de refluxo com micro estrias.	UNID	200	0	0
15	27.18.29-01	Cateter intravenoso periférico, estéril, 18GX1.88 IN (1,3X48mm), com fluxo de 79mL/min, agulha siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado, cateter radiopaco e flexível, protetor do conjunto agulha/cateter, formato anatômico que permite a remoção com apenas uma das mãos, conector Luer Lok Universal codificado com cores; câmara de refluxo com desenho que melhora a empunhadura e tampa da câmara de refluxo com micro estrias.	UNID	750	0	0
16	27.18.30-01	Cateter intravenoso periférico, estéril, 20GX1.16" (1,1X30mm), com fluxo de 49mL/min, agulha siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado, cateter radiopaco e flexível, protetor do conjunto agulha/cateter, formato anatômico que permite a remoção com apenas uma das mãos, conector Luer Lok Universal codificado com cores; câmara de refluxo com desenho que melhora a empunhadura e tampa da câmara de refluxo com micro estrias.	UNID	6000	0	0



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

17	27.18.31-01	Cateter intravenoso periférico, estéril, 22GX1,0" (0,9X25mm), com fluxo de 28mL/min, agulha siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado, cateter radiopaco e flexível, protetor do conjunto agulha/cateter, formato anatômico que permite a remoção com apenas uma das mãos, conector Luer Lok Universal codificado com cores; câmara de refluxo com desenho que melhora a empunhadura e tampa da câmara de refluxo com micro estrias.	UNID	1400 0	5000	0
18	27.18.33-01	Cateter intravenoso periférico, estéril, 24GX0,75" (0,7X19mm), com fluxo de 17mL/min, agulha siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado, cateter radiopaco e flexível, protetor do conjunto agulha/cateter, formato anatômico que permite a remoção com apenas uma das mãos, conector Luer Lok Universal codificado com cores; câmara de refluxo com desenho que melhora a empunhadura e tampa da câmara de refluxo com micro estrias.	UNID	2000 0	5000	0
19	27.422.1-01	Cateter tipo insyte autoguard, estéril, 24G x 0.56" (0,7x 14 mm), com fluxo de 25 mL/min	UNID	1000	1000	0
20	027.00520.0 002-01	Coletor de materiais perfurocortantes quadrado composto de quatro peças montáveis em papelão resistente a perfurações e impermeável, com saco plástico para revestimento interno, alça dupla para transporte e tampa fixa ao coletor, bocal de abertura que facilite descarte e linha de máximo enchimento, de acordo com NBR 13853, capacidade para 13 L , cor amarela.	UNID	1000	400	0
21	027.00520.0 001-01	Coletor de urina adulto 2.000ml com barbante. Recipiente não fixado ao corpo humano, para coleta de resíduos orgânicos. Tamanho 34x34x37cm (mandado judicial)	UNID	0	3600	0
22	027.00022.0 002-01	Coletor de urina estéril, sistema fechado , com conector universal com tampa para sondas uretrovesicais, resistente e flexível, face anterior transparente e posterior opaca. Tubo extensor flexível com mínimo de 1,1m de comprimento, clamp corta-fluxo para evitar refluxo da urina, tubo de drenagem em PVC atóxico com pinça corta-fluxo para esvaziamento da bolsa, filtro ar hidrofóbico, alça de sustentação	UNID	1500	1000	0



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

		rígida, válvula anti-refluxo vertical, bolsa coletora em PVC com escala dupla graduada em 25mL e 100mL, ponto de coleta de amostras em látex autovedante e tubo de saída centralizado e verticalizado. Capacidade 2 litros.				
23	027.00023.0019-01	Compressa de gaze estéril 13 fios por cm ² , confeccionadas c/ fios 100% algodão, em tecido tipo tela, c/ 8 camadas e 5 dobras c/ dimensões de 7,5 x 7,5cm quando fechadas e 15 x 30cm quando abertas. São alvejadas, purificadas e isentas de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes, corretivos e alvejantes ópticos. São também inodoras e insípidas, sua esterilização é feita por irradiação gama ou óxido de etileno. Embalado em embalagens individuais com 10 unidades.	Pacotes com 10 unidades	2500 0	4700 0	10000
24	27.25.1-01	Dispositivo para infusão intravenosa 19 G, estéril, de uso único, com agulha siliconizada c/ bisel bi-angulado e trifacetado, protetor de agulha, asas de empunhadura / fixação, tubo vinílico transparente, atóxico e apirogênico, conector fêmea Luer-Lok codificado por cores, embalado unitariamente em papel grau cirúrgico com abertura em pétala ,protegidos por embalagem plástica.	UNID	300	500	0
25	27.25.2-01	Dispositivo para infusão intravenosa 21 G, estéril, de uso único, com agulha siliconizada c/ bisel bi-angulado e trifacetado, protetor de agulha, asas de empunhadura / fixação, tubo vinílico transparente, atóxico e apirogênico, conector fêmea Luer-Lok codificado com cores, embalado unitariamente em papel grau cirúrgico com abertura em pétala, protegidos por embalagem plástica.	UNID	4000	500	0
26	27.25.3-01	Dispositivo para infusão intravenosa 23 G, estéril, de uso único, com agulha siliconizada c/ bisel bi-angulado e trifacetado, protetor de agulha, asas de empunhadura / fixação, tubo vinílico transparente, atóxico e apirogênico, conector fêmea Luer-Lok codificado com cores, embalado unitariamente em papel grau cirúrgico com abertura em pétala, protegidos por embalagem plástica.	UNID	6000	500	0



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

27	27.25.4-01	Dispositivo para infusão intravenosa 25 G, estéril, de uso único, com agulha siliconizada c/ bisel bi-angulado e trifacetado, protetor de agulha, asas de empunhadura / fixação, tubo vinílico transparente, atóxico e apirogênico, conector fêmea Luer-Lok codificado com cores, embalado unitariamente em papel grau cirúrgico com abertura em pétala, protegidos por embalagem plástica.	UNID	4600	500	0
28	27.25.5-01	Dispositivo para infusão intravenosa 27 G, estéril, de uso único, com agulha siliconizada c/ bisel bi-angulado e trifacetado, protetor de agulha, asas de empunhadura / fixação, tubo vinílico transparente, atóxico e apirogênico, conector fêmea Luer-Lok codificado com cores, embalado unitariamente, em papel grau cirúrgico com abertura em pétala, protegidos por embalagem plástica.	UNID	400	500	0
29	027.00027.008-01	Eletrodo para monitorização cardíaca universal composto por uma espuma tratada, de consistência fina, revestida de papel tratado com polipropileno, bordas de contato com a pele revestidas com adesivo acrílico de grande poder de adesão, presença de gel consistente, adesivo e condutivo que envolve o contrapino de prata/cloreto de prata (Ag/AgCl), recoberto por polietileno e pino de aço inoxidável. Indicado para curto e longo prazo (até 5 dias).	UNID	2600 0	5000 0	0
30	027.00029.002-01	Equipo macrogotas estéril para soluções parenterais fabricado em PVC flexível e incolor, provido de pinça rolete, injetor lateral com membrana auto cicatrizante, câmara gotejadora com dispositivo para entrada de ar com filtro hidrófobo e bacteriológico de 0,22µm e filtro de partículas de 15µm, conector luer slip universal, tubo com 1,5m com ponta perfurante e tampa protetora, atóxico e apirogênica, descartável e de uso único. Embalado individualmente em papel cirúrgico com abertura em pétala.	UNID	2400 0	1000 0	0
31	027.00029.009-01	Equipo para nutrição enteral descartável, estéril, fabricado em PVC flexível, com ponta perfurante com tampa protetora, câmara de gotejamento, filtro de ar hidrófobo bacteriológico, controlador de fluxo tipo pinça rolet, conexão	UNID	1000	5000	0



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

		escalonada, extensão na cor azul de 150 cm. Embalado individualmente em papel cirúrgico com abertura em pétala.				
32	027.00031.0 003-01	Esparadrapo impermeável branco 10 cmx4,5 m confeccionado em tecido 100% algodão com tratamento acrílico, adesivo à base de óxido de zinco, borracha natural e resina. Excelente fixação, flexibilidade, resistência e impermeabilidade. Com bordas serrilhadas que favorecem o corte orientado. Enrolado em carretel plástico e protegido por capa.	Rolos	850	300	0
33	027.00036.0 022-01	Fita hospitalar branca 16 mm x 50m confeccionada em papel crepado branco saturado com solução aquosa de látex, adesivo natural e resina sintética que não deixa resíduo.	Rolos	400	300	0
34	027.00036.0 024-01	Fita microporosa adesiva branca 25mmx 10 m, composta por rayon de viscose não tecido, recoberta com adesivo de acrilato hipoalergênico, sensível a pressão, livre de látex, não oclusiva permitindo a transpiração da pele, resistente a umidade, mas não impermeável, enrolada em carretel com capa protetora.	UNID	900	1000	0
35	027.00036.0 025-01	Fita microporosa adesiva branca 50mm x 10m, composta por rayon de viscose não tecido, recoberta com adesivo de acrilato hipoalergênico, sensível a pressão, livre de látex, não oclusiva permitindo a transpiração da pele, resistente a umidade, mas não impermeável, enrolada em carretel com capa protetora.	UNID	1500	1500	0
36	027.00039.0 005-01	Frasco para alimentação enteral estéril , em polietileno de baixa densidade e alta qualidade, capacidade de 300 ml, graduado em escala de 10 mL, que permita tratamento térmico das soluções, com dispositivo para fixação em suporte, com tampa rosqueável com lacre e adaptador de equipo em hímen, embalado individualmente em filme de BOPP.	UNID	2000	1000 0	0
37	027.00040.0 007-01	Gel condutor universal para exames de ultra-sonografia, ecocardiograma, eletrocardiograma, tococardiografia, fisioterapia, massagens e aplicações de TENS e FES, consistente, hidrossolúvel, hipoalergênico, inodoro, incolor, atóxico, pH neutro, altamente deslizante. Composição polímero vinílico, TEA, PPG e conservantes. Com registro na	Fr 300g	100	200	0



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

		ANVISA. Acondicionado em frasco de plástico com bico dosador.				
38	27.48.13-01	Lâmina de bisturi estéril em aço carbono, afiada e polida, isenta de rebarbas e sinais de oxidação nº11	UNID	500	900	0
39	27.48.14-01	Lâmina de bisturi estéril em aço carbono, afiada e polida, isenta de rebarbas e sinais de oxidação nº15	UNID	400	500	0
40	27.48.15-01	Lâmina de bisturi estéril em aço carbono, afiada e polida, isenta de rebarbas e sinais de oxidação nº23	UNID	700	1000	0
41	027.00053.0008-01	Papel lençol descartável de alta resistência, produzido com papel 100% celulose virgem, dimensão: 70cm x 50m. Rolos embalados individualmente.	Rolos com 50m	1000	2000	0
42	27.53.19-01	Papel térmico milimetrado para eletrocardiógrafo 216mm x 30m. Fabricado com matérias primas de alta qualidade, que proporcione ótima sensibilidade para impressão térmica e excelente fixação. Aceita registro por cabeça térmica, sem contato com o papel. indicado para uso nos eletrocardiografos CardioCare 2000 da Bionet.	Rolos 30 m	100	60	0
43	027.00059.0002-01	Seringa descartável sem agulha, capacidade de 10 ml, em polipropileno incolor, com êmbolo de borracha, bico luer lock , siliconada, com cilindro com anel de retenção, atóxica e apirogênica.	UNID	2200 0	5000 0	0
44	27.59.3-01	Seringa descartável sem agulha, capacidade de 20 ml, em polipropileno incolor, com êmbolo de borracha, bico luer lock , siliconada, com cilindro com anel de retenção, atóxica e apirogênica.	UNID	2100 0	5000 0	0
45	27.59.8-01	Seringa descartável sem agulha, capacidade de 20 ml, em polipropileno incolor, com êmbolo de borracha, bico luer slip , siliconada, com cilindro com anel de retenção, atóxica e apirogênica.	UNID	2500	5000	0
46	27.59.41-01	Seringa descartável sem agulha, capacidade de 3 ml, em polipropileno incolor, com êmbolo de borracha, bico luer lock , siliconada, com cilindro com anel de retenção, atóxica e apirogênica.	UNID	2000 0	3000 0	0
47	27.59.5-01	Seringa descartável sem agulha, capacidade de 5 ml, em polipropileno incolor, com êmbolo de borracha, bico luer lock , siliconada, com cilindro com anel de retenção, atóxica e apirogênica.	UNID	3000 0	5000 0	0
48	027.00062.0010-01	Termômetro clínico digital com ponta flexível, aprovado pelo INMETRO, 100% resistente à água, com beep sonoro	UNID	50	100	0



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

		de aviso de medição, display LCD de fácil visualização, alarme de febre, desligamento automático e indicador de bateria fraca				
49	027.00031.0 006-01	Esparadrapo hipoalergenico para peles sensíveis sem latex, composto por acetato de rayon. Enrolado em carretel plástico e protegido por capa.	UNID	850	300	0
50	027.00052.0 007-01	Máscara descartável não estéril, composta por 3 camadas , sendo 2 camadas de TNT 100% polipropileno e 1 camada interna de filtro de retenção bacteriana meltblown, com eficiência de retenção bacteriana mínima de 99,8%. Tamanho único, com acabamento em toda a extremidade e três pregas que ajustam aumento ou diminuição do tamanho. Com clipe para ajuste nasal em metal galvanizado e revestido com plástico. Dispõe de tiras de amarrar . Hipoalergênica e atóxica. Gramatura mínima de 60 g/m².	UNID	1000 0	5000	0

4.1. O item 19, Cateter tipo insyte autoguard, estéril, 24G x 0.56" (0,7x 14 mm), com fluxo de 25 mL/min, possui característica única, exclusiva da fabricante BD, tendo sua maior utilização para punção em recém nascidos, por conta de seu calibre/fluxo, sendo assim, os lances considerados serão da BD para atender estes pacientes em específico. O item 18 também é cateter 24G, no entanto suas especificações técnicas garantem competitividade entre os licitantes.

5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS LICITANTES

a. As licitantes devem apresentar os seguintes documentos técnicos, em um prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após o certame:

a) Licença Sanitária emitida pelo órgão responsável pela Vigilância Sanitária, em vigor na data de abertura do certame ou cópia da publicação no Diário Oficial da União com prazo para comercialização legível.

b) Comprovação da Autorização de Funcionamento da empresa participante da Licitação, junto ao Ministério da Saúde, através da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

c) Certificado de responsabilidade do farmacêutico responsável junto ao Conselho Regional de Farmácia da Unidade Federativa a qual a empresa pertença dentro do prazo de validade.

d) Para os itens com exigência legal de Registro junto a ANVISA, deve ser apresentada comprovação de Registro ou Notificação Simplificada vigentes dos produtos cotados. Caso a validade do registro esteja vencida, apresentar o registro vencido juntamente com o pedido de revalidação junto a ANVISA.

5.1.1. Para os itens isentos de registro deve ser apresentada documentação comprobatória dessa condição.

5.1.2. Os registros devem ser identificados de acordo com a numeração do item no edital e apresentarem-se em ordem crescente para facilitar a conferência.

5.2. Os documentos deverão ser encaminhados eletronicamente para o email: CSFARMACIA3@ITIRAPINA.SP.GOV.BR com um papel timbrado da empresa contendo as seguintes informações:

a) Número do pregão;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

- b) Nome da empresa fornecedora;
- c) Cópia da proposta atualizada indicando as **marcas licitadas**;

5.3. Terá a proposta desclassificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, a licitante que:

- a) Não apresentar os documentos no prazo e nas condições solicitadas;
- b) O produto ofertado não contemplar as exigências do Edital e de seus anexos ou a legislação aplicada;
- c) Apresentar documentos em desacordo com o solicitado no Edital ou com validade vencida;
- d) Os documentos apresentados referirem-se a produto de marca diferente ao apresentado na proposta.

5.4. Desclassificada a proposta, serão convocadas as licitantes subsequentes em ordem de classificação.

5.5.

6. AMOSTRAS

6.1. Os licitantes vencedores deverão fornecer amostras dos itens acima em até 5 (cinco) dias úteis após a realização do certame para análise de acordo com os parâmetros exigidos na descrição dos itens **caso não for marca pré aprovada**.

Item	DESCRIPTIVO	APRESENTAÇÃO	MARCAS PRÉ APROVADAS	AMOSTRAS
1	Abaixador de língua confeccionado em madeira resistente, formato convencional liso, superfície e bordas arredondadas perfeitamente acabadas, espessura e largura uniformes, descartável, medindo aproximadamente 14 cm de comprimento; 1,4 cm de largura e 0,5 mm de espessura.	PCT C/ 100	SR DESCARPACK INJEX BD MEDIX	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
2	Agulha descartável estéril 13 x 4,5 (26 G ½), atóxica, apirogênica, de uso único, com cânula siliconizada em aço inoxidável, bisel trifacetado, protetor plástico e canhão em polipropileno colorido de identificação do calibre (conforme ISO 6009), embaladas individualmente, compatíveis com conexões luer lock e luer slip.	UNID	SR DESCARPACK INJEX BD MEDIX	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
3	Agulha descartável estéril 20 x 5,5 (24 G ¾), atóxica, apirogênica, de uso único, com cânula siliconizada em aço inoxidável, bisel trifacetado, protetor plástico e canhão em polipropileno colorido de identificação do calibre (conforme ISO 6009), embaladas individualmente, compatíveis com conexões luer lock e luer slip.	UNID	SR DESCARPACK INJEX BD MEDIX	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
4	Agulha descartável estéril 25 x 7 (22G 1), atóxica, apirogênica, de uso único, com cânula siliconizada em aço inoxidável, bisel trifacetado, protetor plástico e canhão em polipropileno	UNID	SR DESCARPACK INJEX BD MEDIX	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

	colorido de identificação do calibre (conforme ISO 6009), embaladas individualmente, compatíveis com conexões luer lock e luer slip.			
5	Agulha descartável estéril 30 x 7 (22G 1/4), atóxica, apirogênica, de uso único, com cânula siliconizada em aço inoxidável, bisel trifacetado, protetor plástico e canhão em polipropileno colorido de identificação do calibre (conforme ISO 6009), embaladas individualmente, compatíveis com conexões luer lock e luer slip.	UNID	SR DESCARPACK INJEX BD MEDIX	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
6	Agulha descartável estéril 30 x 8 (21G 1/4), atóxica, apirogênica, de uso único, com cânula siliconizada em aço inoxidável, bisel trifacetado, protetor plástico e canhão em polipropileno colorido de identificação do calibre (conforme ISO 6009), embaladas individualmente, compatíveis com conexões luer lock e luer slip.	UNID	SR DESCARPACK INJEX BD MEDIX	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
7	Agulha descartável estéril 40 x 12 (18G 1/2), atóxica, apirogênica, de uso único, com cânula siliconizada em aço inoxidável, bisel trifacetado, protetor plástico e canhão em polipropileno colorido de identificação do calibre (conforme ISO 6009), embaladas individualmente, compatíveis com conexões luer lock e luer slip.	UNID	SR DESCARPACK INJEX BD MEDIX	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
9	Aparelho de barbear descartável com duas lâminas inox paralelas, fita lubrificante proporcionando melhor deslizamento, cabo de plástico anatômico com estrias de borracha e proteção individual para lâmina. Embalado em saco plástico com 5 unidades.	UNID	-	CATÁLOGO + AMOSTRA
10	Atadura de crepom não estéril, com tamanho em repouso de 06 cm x 1,8m, densidade de 13 fios por centímetro quadrado. Composição: 70% algodão, 22% poliéster e 8% elastano. Trama regular fechada, com propriedade elástica e compressiva na superfície longitudinal e transversal, enroladas uniformemente. Com acabamento lateral e extremidades não desfiáveis; macia, absorvente, não abrasiva, hipoalergênica. Embalada individualmente, em material que garanta a integridade do produto.	UNID	EUROPA POLARFIX ANDREONI ORTHOCREM MEDIHOUSE LINE BR	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

	Acondicionada em pacotes com 12 unidades.			
11	Atadura de crepom não estéril, com tamanho em repouso de 10 cm x 1,8m, densidade de 13 fios por centímetro quadrado. Composição: 70% algodão, 22% poliéster e 8% elastano. Trama regular fechada, com propriedade elástica e compressiva na superfície longitudinal e transversal, enroladas uniformemente. Com acabamento lateral e extremidades não desfiáveis; macia, absorvente, não abrasiva, hipoalergênica. Embalada individualmente, em material que garanta a integridade do produto. Acondicionada em pacotes com 12 unidades.	UNID	EUROPA POLARFIX ANDREONI ORTHOCREM MEDIHOUSE LINE BR	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
12	Atadura de crepom não estéril, com tamanho em repouso de 15 cm x 1,8m, densidade de 13 fios por centímetro quadrado. Composição: 70% algodão, 22% poliéster e 8% elastano. Trama regular fechada, com propriedade elástica e compressiva na superfície longitudinal e transversal, enroladas uniformemente. Com acabamento lateral e extremidades não desfiáveis; macia, absorvente, não abrasiva, hipoalergênica. Embalada individualmente, em material que garanta a integridade do produto. Acondicionada em pacotes com 12 unidades.	UNID	EUROPA POLARFIX ANDREONI ORTHOCREM MEDIHOUSE LINE BR	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
13	Atadura de crepom não estéril, com tamanho em repouso de 20 cm x 1,8m, densidade de 13 fios por centímetro quadrado. Composição: 70% algodão cru, 22% poliéster e 8% elastano. Trama regular fechada, com propriedade elástica e compressiva na superfície longitudinal e transversal, enroladas uniformemente. Com acabamento lateral e extremidades não desfiáveis; macia, absorvente, não abrasiva, hipoalergênica. Embalada individualmente, em material que garanta a integridade do produto. Acondicionada em pacotes com 12 unidades.	UNID	EUROPA POLARFIX ANDREONI ORTHOCREM MEDIHOUSE LINE BR	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

14	Cateter intravenoso periférico, estéril, 16GX1.88" (1,7X48mm), com fluxo de 147mL/min, agulha siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado, cateter radiopaco e flexível, protetor do conjunto agulha/cateter, formato anatômico que permite a remoção com apenas uma das mão, conector Luer Lok Universal codificado com cores; câmara de refluxo com desenho que melhora a empunhadura e tampa da câmara de refluxo com micro estrias.	UNID	DESCARPACK BD POLYMED TKL MEDIX SOLIDOR	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
15	Cateter intravenoso periférico, estéril, 18GX1.88 IN (1,3X48mm), com fluxo de 79mL/min, agulha siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado, cateter radiopaco e flexível, protetor do conjunto agulha/cateter, formato anatômico que permite a remoção com apenas uma das mão, conector Luer Lok Universal codificado com cores; câmara de refluxo com desenho que melhora a empunhadura e tampa da câmara de refluxo com micro estrias.	UNID	DESCARPACK BD POLYMED TKL MEDIX SOLIDOR	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
16	Cateter intravenoso periférico, estéril, 20GX1.16" (1,1X30mm), com fluxo de 49mL/min, agulha siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado, cateter radiopaco e flexível, protetor do conjunto agulha/cateter, formato anatômico que permite a remoção com apenas uma das mão, conector Luer Lok Universal codificado com cores; câmara de refluxo com desenho que melhora a empunhadura e tampa da câmara de refluxo com micro estrias.	UNID	DESCARPACK BD POLYMED TKL MEDIX SOLIDOR	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
17	Cateter intravenoso periférico, estéril, 22GX1,0" (0,9X25mm), com fluxo de 28mL/min, agulha siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado, cateter radiopaco e flexível, protetor do conjunto agulha/cateter, formato anatômico que permite a remoção com apenas uma das mão, conector Luer Lok Universal codificado com cores; câmara de refluxo com desenho que melhora a empunhadura e tampa da câmara de refluxo com micro estrias.	UNID	DESCARPACK BD POLYMED TKL MEDIX SOLIDOR	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

18	Cateter intravenoso periférico, estéril, 24GX0,75" (0,7X19mm), com fluxo de 17mL/min, agulha siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado, cateter radiopaco e flexível, protetor do conjunto agulha/cateter, formato anatômico que permite a remoção com apenas uma das mão, conector Luer Lok Universal codificado com cores; câmara de refluxo com desenho que melhora a empunhadura e tampa da câmara de refluxo com micro estrias.	UNID	DESCARPACK BD POLYMED TKL MEDIX SOLIDOR	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
19	Cateter tipo insyte autoguard, estéril, 24G x 0.56" (0,7x 14 mm), com fluxo de 25 mL/min	UNID	BD	-
22	Coletor de urina estéril, sistema fechado , com conector universal com tampa para sondas uretrovesicais, resistente e flexível, face anterior transparente e posterior opaca. Tubo extensor flexível com mínimo de 1,1m de comprimento, clamp corta-fluxo para evitar refluxo da urina, tubo de drenagem em PVC atóxico com pinça corta-fluxo para esvaziamento da bolsa, filtro ar hidrofóbico, alça de sustentação rígida, válvula anti-refluxo vertical, bolsa coletora em PVC com escala dupla graduada em 25mL e 100mL, ponto de coleta de amostras em látex autovedante e tubo de saída centralizado e verticalizado. Capacidade 2 litros.	UNID	MEDIX DESCARPACK POLYMED	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
23	Compressa de gaze estéril 13 fios por cm ² , confeccionadas c/ fios 100% algodão, em tecido tipo tela, c/ 8 camadas e 5 dobras c/ dimensões de 7,5 x 7,5cm quando fechadas e 15 x 30cm quando abertas. São alvejadas, purificadas e isentas de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes, corretivos e alvejantes ópticos. São também inodoras e insípidas, sua esterilização é feita por irradiação gama ou óxido de etileno. Embalado em embalagens individuais com 10 unidades.	Pacotes com 10 unidades	AMERICAN MEDICAL	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
24	Dispositivo para infusão intravenosa 19 G, estéril, de uso único, com agulha siliconizada c/ bisel bi-angulado e trifacetado, protetor de agulha, asas de empunhadura / fixação, tubo vinílico transparente, atóxico e apirogênico,	UNID	DESCARPACK BD POLYMED TKL MEDIX SOLIDOR	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

	conector fêmea Luer-Lok codificado por cores, embalado unitariamente em papel grau cirúrgico com abertura em pétala ,protegidos por embalagem plástica.			
25	Dispositivo para infusão intravenosa 21 G, estéril, de uso único, com agulha siliconizada c/ bisel bi-angulado e trifacetado, protetor de agulha, asas de empunhadura / fixação, tubo vinílico transparente, atóxico e apirogênico, conector fêmea Luer-Lok codificado com cores, embalado unitariamente em papel grau cirúrgico com abertura em pétala, protegidos por embalagem plástica.	UNID	DESCARPACK BD POLYMED TKL MEDIX SOLIDOR	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
26	Dispositivo para infusão intravenosa 23 G, estéril, de uso único, com agulha siliconizada c/ bisel bi-angulado e trifacetado, protetor de agulha, asas de empunhadura / fixação, tubo vinílico transparente, atóxico e apirogênico, conector fêmea Luer-Lok codificado com cores, embalado unitariamente em papel grau cirúrgico com abertura em pétala, protegidos por embalagem plástica.	UNID	DESCARPACK BD POLYMED TKL MEDIX SOLIDOR	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
27	Dispositivo para infusão intravenosa 25 G, estéril, de uso único, com agulha siliconizada c/ bisel bi-angulado e trifacetado, protetor de agulha, asas de empunhadura / fixação, tubo vinílico transparente, atóxico e apirogênico, conector fêmea Luer-Lok codificado com cores, embalado unitariamente em papel grau cirúrgico com abertura em pétala, protegidos por embalagem plástica.	UNID	DESCARPACK BD POLYMED TKL MEDIX SOLIDOR	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
28	Dispositivo para infusão intravenosa 27 G, estéril, de uso único, com agulha siliconizada c/ bisel bi-angulado e trifacetado, protetor de agulha, asas de empunhadura / fixação, tubo vinílico transparente, atóxico e apirogênico, conector fêmea Luer-Lok codificado com cores, embalado unitariamente, em papel grau cirúrgico com abertura em pétala, protegidos por embalagem plástica.	UNID	DESCARPACK BD POLYMED TKL MEDIX SOLIDOR	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
30	Equipo macrogotas estéril para soluções parenterais fabricado em PVC flexível e incolor, provido de pinça rolete, injetor lateral com membrana auto cicatrizante,	UNID	MEDSONDA BIOSANI MEDIX GLOBO	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

	câmara gotejadora com dispositivo para entrada de ar com filtro hidrófobo e bacteriológico de 0,22µm e filtro de partículas de 15µm, conector luer slip universal, tubo com 1,5m com ponta perfurante e tampa protetora, atóxico e apirogênica, descartável e de uso único. Embalado individualmente em papel cirúrgico com abertura em pétala.		DESCARPACK TKL	APROVADA
31	Equipo para nutrição enteral descartável, estéril, fabricado em PVC flexível, com ponta perfurante com tampa protetora, câmara de gotejamento, filtro de ar hidrófobo bacteriológico, controlador de fluxo tipo pinça rolet, conexão escalonada, extensão na cor azul de 150 cm. Embalado individualmente em papel cirúrgico com abertura em pétala.	UNID	MEDSONDA BIOSANI MEDIX GLOBO DESCARPACK TKL	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
32	Espadrado impermeável branco 10 cmx4,5 m confeccionado em tecido 100% algodão com tratamento acrílico, adesivo à base de óxido de zinco, borracha natural e resina. Excelente fixação, flexibilidade, resistência e impermeabilidade. Com bordas serrilhadas que favorecem o corte orientado. Enrolado em carretel plástico e protegido por capa.	Rolos	MISSNER & MISSNER CIEX AD PELE 3M CREMER	CATÁLOGO +AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
34	Fita microporosa adesiva branca 25mmx 10 m, composta por rayon de viscose não tecido, recoberta com adesivo de acrilato hipoalergênico, sensível a pressão, livre de látex, não oclusiva permitindo a transpiração da pele, resistente a umidade, mas não impermeável, enrolada em carretel com capa protetora.	UNID	MISSNER & MISSNER CIEX AD PELE 3M CREMER	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
35	Fita microporosa adesiva branca 50mm x 10m, composta por rayon de viscose não tecido, recoberta com adesivo de acrilato hipoalergênico, sensível a pressão, livre de látex, não oclusiva permitindo a transpiração da pele, resistente a umidade, mas não impermeável, enrolada em carretel com capa protetora.	UNID	MISSNER & MISSNER CIEX AD PELE 3M CREMER	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
38	Lâmina de bisturi estéril em aço carbono, afiada e polida, isenta de rebarbas e sinais de oxidação nº11	UNID	STERLANCE BIOMASS ADVANCE ESTERILIMED MEDIX	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

39	Lâmina de bisturi estéril em aço carbono, afiada e polida, isenta de rebarbas e sinais de oxidação nº15	UNID	STERLANCE BIOMASS ADVANCE ESTERILIMED MEDIX	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
40	Lâmina de bisturi estéril em aço carbono, afiada e polida, isenta de rebarbas e sinais de oxidação nº23	UNID	STERLANCE BIOMASS ADVANCE ESTERILIMED MEDIX	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
42	Papel térmico milimetrado para eletrocardiógrafo 216mm x 30m. Fabricado com matérias primas de alta qualidade, que proporcione ótima sensibilidade para impressão térmica e excelente fixação. Aceita registro por cabeça térmica, sem contato com o papel. indicado para uso nos eletrocardiógrafos CardioCare 2000 da Bionet.	Rolos 30 m	MEDIX FOUR STAR TECNOPRINT	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
43	Seringa descartável sem agulha, capacidade de 10 ml, em polipropileno incolor, com êmbolo de borracha, bico luer lock , siliconada, com cilindro com anel de retenção, atóxica e apirogênica.	UNID	SR DESCARPACK INJEX BD MEDIX	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
44	Seringa descartável sem agulha, capacidade de 20 ml , em polipropileno incolor, com êmbolo de borracha, bico luer lock , siliconada, com cilindro com anel de retenção, atóxica e apirogênica.	UNID	SR DESCARP ACK INJEX BD MEDIX	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
45	Seringa descartável sem agulha, capacidade de 20 ml , em polipropileno incolor, com êmbolo de borracha, bico luer slip , siliconada, com cilindro com anel de retenção, atóxica e apirogênica.	UNID	SR DESCARPACK INJEX BD MEDIX	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
46	Seringa descartável sem agulha, capacidade de 3 ml , em polipropileno incolor, com êmbolo de borracha, bico luer lock , siliconada, com cilindro com anel de retenção, atóxica e apirogênica.	UNID	SR DESCARPACK INJEX BD MEDIX	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
47	Seringa descartável sem agulha, capacidade de 5 ml , em polipropileno incolor, com êmbolo de borracha, bico luer lock , siliconada, com cilindro com anel de retenção, atóxica e apirogênica.	UNID	SR DESCARPACK INJEX BD MEDIX	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA
49	Esparadrapo hipoalergenico para peles sensíveis sem latex, composto por acetato de rayon. Enrolado em carretel plástico e protegido por capa.	UNID	CIEX	CATÁLOGO + AMOSTRA SE NÃO FOR MARCA PRÉ APROVADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

50	Máscara descartável não estéril, composta por 3 camadas , sendo 2 camadas de TNT 100% polipropileno e 1 camada interna de filtro de retenção bacteriana meltblown, com eficiência de retenção bacteriana mínima de 99,8%. Tamanho único, com acabamento em toda a extremidade e três pregas que ajustam aumento ou diminuição do tamanho. Com clipe para ajuste nasal em metal galvanizado e revestido com plástico. Dispõe de tiras de amarrar . Hipoalergênica e atóxica. Gramatura mínima de 60 g/m² .	UNID	-	CATÁLOGO + AMOSTRA
----	---	------	---	--------------------

6.2. As amostras deverão ser enviadas via SEDEX com código de rastreio, para o endereço: **AV HUM Nº 250 CENTRO (CENTRO DE SAUDE III)**, juntamente com um papel timbrado da empresa contendo as seguintes informações:

- Número do pregão;
- Nome da empresa fornecedora;
- Número do lote;
- Descrição do material;
- Número do registro na ANVISA quando couber;

6.3. As amostras serão avaliadas por uma comissão nomeada pela Secretaria da Saúde e será emitido laudo de aprovação ou reprovação dos materiais no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis. No caso de reprovação serão justificadas quais exigências o material não cumpre. Os laudos serão juntados ao processo.

6.4. Terá a proposta/amostra desclassificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, a licitante que:

- Não apresentar a amostra no prazo e nas condições solicitadas;
- Apresentar produto de baixa qualidade;
- O produto ofertado não contemplar as exigências do Edital e de seus anexos, ou a legislação aplicada;
- A amostra for de marca diferente ao apresentado na proposta ou nos documentos de Registro junto a ANVISA.

6.5. Desclassificada a proposta/amostra, serão convocadas as licitantes subsequentes.

7. DA ENTREGA DOS MATERIAIS

7.1. A entrega dos materiais será parcial, ou seja, dividido em dois períodos.

7.2. A primeira entrega se dará quando a empresa receber a Autorização de Fornecimento e a segunda entrega 5 (cinco) meses depois.

7.3. Para que os materiais sejam aproveitados, a validade deve ser obedecida em cada entrega, conforme o **item 10.1 (DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO)**, **podendo ser recusado o recebimento**, caso não ocorra o cumprimento desse requisito **item 9.5 e 9.5.7**.

7.4. A empresa fica obrigada a entregar os materiais, quando solicitados, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência. A solicitação se fará perante Autorização de Fornecimento enviada por e-mail pelo Setor de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Itirapina para a CONTRATADA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

- 7.5. O local de entrega será descrito nas Autorizações de Fornecimento. Devem ser seguidos os horários abaixo para a entrega:
- Centro de Distribuição de Medicamentos da Atenção Básica, cito a Avenida Hum nº 250, Centro, CEP: 13.530-000, Itirapina/SP, onde as entregas deverão ser realizadas de Segunda a Sexta-Feira das 07h30min às 16h00min;
 - Média e Alta Complexidade - Hospital São José, cito a Avenida 09, nº 709, Vila Cianelli, Itirapina/SP, onde as entregas deverão ser realizadas de Segunda a Sexta-Feira das 07h00min às 11h00min e 13h00min às 17h00min;
 - Educação – Rua Quatro nº 867 villa garbi Itirapina/SP , almoxarifado da educação onde a entrega deverá ser feita de segunda a sexta Feira das 08h00min às 16h30min;
- 7.6. Não serão recebidas entregas em locais ou horários diversos ao estabelecido nas autorizações de fornecimento.
- 7.7. A entrega deverá ser realizada no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**, do envio por e-mail da Autorização de Fornecimento pelo setor de Licitações e Compras para a CONTRATADA, salvo, se por motivo justo, a CONTRATADA, **solicitar prorrogação 48 (quarenta e oito) horas antes de findar o prazo**, e este pedido ser aceito pela Secretaria de Saúde.
- 7.8. Se a CONTRATADA não cumprir o prazo de entrega, sem justificativa formal aceita pela CONTRATANTE, decairá seu do direito de fornecer os materiais, sujeitando-se as penalidades previstas no Edital, sendo convocados os licitantes remanescentes em ordem de classificação.
- 7.9. Os medicamentos devem ser entregues obedecendo rigorosamente às condições do Edital, de seus anexos e a legislação vigente inerente ao objeto.
- 7.10. No caso dos itens amostrados, os materiais entregues devem corresponder exatamente à amostra.
- 7.11. Os materiais devem ser transportados em condições adequadas, sendo que a CONTRATADA responsabiliza-se pela quantidade das embalagens e danos resultantes do transporte inadequado. O armazenamento e o transporte dos produtos deverão atender às especificações técnicas do produto (temperatura, calor, umidade, luz) determinadas pela ANVISA.
- 7.12. O transporte será por conta da CONTRATADA, sem ônus de frete para a CONTRATANTE.

8. DA SUBSTITUIÇÃO DE MARCA

8.1. Tenha-se em vista a situação de retirada de um produto do mercado pelo fabricante, inviabilizando o cumprimento da obrigação de um fornecedor, nos termos ajustados pode a Administração Pública aceitar o produto de qualidade equivalente ou superior pelo mesmo preço.

8.2. As solicitações deverão ser encaminhadas eletronicamente para o email: CSFARMACIA3@ITIRAPINA.SP.GOV.BR e HOSPFARM1@ITIRAPINA.SP.GOV.BR seguindo os seguintes requisitos:

8.2.1. Apresentação do registro do item junto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

8.2.2. Comprovação do fato de que o preço se manterá conforme firmado em contrato.

9. DA FISCALIZAÇÃO NO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

9.1. Todos os produtos deverão estar em conformidade com a Autorização de Fornecimento e vir acompanhados de Nota Fiscal contendo descrição do material, prazo de validade e lote.

9.2. Os entregadores devem aguardar a conferência dos itens para posterior assinatura do canhoto da Nota Fiscal respectiva.

9.2.1. O recebimento se dará em observância com o artigo 140 da Lei 14.133/2021, e ainda

9.2.2. **PROVISORIAMENTE**, por auxiliares de farmácia ou farmacêuticos para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com a especificação, bem como se a Nota Fiscal encontra lavrada sem incorreções.



- 9.2.2.1.** Cada unidade terá o prazo máximo de até 03 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento, para verificar se os produtos fornecidos e a NF estão em consonância com o Edital e com seus anexos.
- 9.2.3.** **DEFINITIVAMENTE**, pelo profissional farmacêutico, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação.
- 9.3.** Caso os produtos se encontrem desconforme ao exigido no Edital, o farmacêutico responsável por cada unidade notificará a CONTRATADA para substituí-los no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da notificação.
- 9.3.1.** Em caso de irregularidades não sanadas pelo fornecedor, o farmacêutico responsável redigirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará a Secretaria de Saúde, para a aplicação de penalidades.
- 9.4.** Os produtos serão recusados nas seguintes hipóteses:
- 9.4.1.** Qualquer situação em desacordo entre os produtos e o Edital de licitação e de seus Anexos ou a Autorização de Fornecimento;
- 9.4.2.** Nota Fiscal com especificação do objeto, quantidades em desacordo com o discriminado no Edital, seus anexos e na proposta adjudicada;
- 9.4.3.** Nota Fiscal sem especificação de lotes e validades dos produtos.
- 9.4.4.** Apresentarem vícios de qualidade, dificuldades ou serem impróprios para o uso, ou ainda possuírem defeitos de fabricação;
- 9.4.5.** Forem verificadas condições inadequadas de transporte ou avarias nos produtos entregues.
- 9.4.6.** Não corresponderem à marca registrada durante o processo de licitação.
- 9.4.7.** **O prazo de validade dos materiais for inferior ao estipulado no item 10.1.**
- 9.4.8.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos produtos, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
- 9.4.9.** O material, mesmo depois de aceito, ficará sujeito à substituição, desde que comprovada a pré-existência de defeitos, má fé por parte da Contratada, condições inadequadas de transporte, bem como alterações da estabilidade dentro do prazo de validade, que comprometam a integridade do produto.

10. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 10.1.** Os materiais deverão ser fornecidos dentro do seu prazo de validade com vida útil mínima de 75% (setenta e cinco por cento). Prazos de validade inferiores deverão ser informados via e-mail aos farmacêuticos responsáveis para avaliação antes da entrega dos pedidos.
- 10.2.** Os materiais, objeto desta licitação, deverão estar disponíveis para início do fornecimento a partir da data de assinatura do contrato.
- 10.3.** Todas as despesas decorrentes dos fornecimentos são de responsabilidade da CONTRATADA, incluindo-se tributos, taxas e licenças municipais, estaduais e federais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre as mesmas, bem como todas as despesas gerais, diretas e indiretas.
- 10.4.** O transporte, assim como a descarga dos materiais nas unidades de saúde, são responsabilidade da CONTRATADA.
- 10.5.** A CONTRATADA deverá acatar e facilitar a ação de fiscalização do Município, cumprindo as exigências da mesma.
- 10.6.** A CONTRATADA deverá aceitar os métodos e processos de acompanhamento, verificação e controle adotados pela Administração Pública.



10.7. A CONTRATADA deverá manter rigoroso controle de qualidade sobre os materiais fornecidos e, no caso de constatação de culpa, responderá civilmente por perdas e danos junto a Administração Pública ou terceiros prejudicados, sem prejuízo das sanções criminais pertinentes.

10.8. Caso o material licitado ou algum de seus lotes seja suspenso ou interditado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, a CONTRATADA deverá substituir, **no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos**, o material em questão, sem ônus para o Município. No caso de futuros fornecimentos, a Secretaria de Saúde deverá ser comunicada para avaliação de troca de marca do material suspenso.

10.9. A CONTRATADA deverá comunicar ao município qualquer anormalidade, prestar esclarecimentos pertinentes e providenciar as devidas correções.

10.10. Não é permitida a transferência a outrem do objeto da presente licitação.

10.11. Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo ser essas solicitadas a qualquer tempo.

11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DO PAGAMENTO

11.1. Classificação dos Recursos Orçamentários: fonte 01 e 91 – recursos próprio, fonte 02 e 92 – recurso Estadual e fonte 05 e 95 – recurso Federal.

11.2. As despesas decorrentes deste pregão, de acordo com orçamento do presente exercício e seguinte, correrão por conta das dotações abaixo descritas da **Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação**, a saber:

11.2.1. Funcional programática: 10.301.9023.2.145

Unidade: 02.12.01 – Secretaria Municipal da Saúde

Despesas: 190 / 1422

Categoria Econômica: 3390.30.00 – Material de Consumo

11.2.2. Funcional programática: 10.302.9023.2.146

Unidade: 02.12.01 – Secretaria Municipal da Saúde

Despesas: 945 / 1425

Categoria Econômica: 3390.30.00 – Material de Consumo

11.2.3. Funcional programática: 12.365.9039.2158

A ficha que será custeada a despesa: Ensino Infantil Creches:

Função Programática do Ensino Infantil:

Categoria Econômica: 33.90.30.00

Recurso Próprio 25% do Ensino

Ficha: 702

Fonte: 01

Código Aplicação: 2120000

11.3. O pagamento será efetuado em até 30 (Trinta) dias após a entrega dos itens solicitados, atestados e aferidos, pelos farmacêuticos da Secretaria Municipal da Saúde, através de Ordem de Pagamento na conta indicada, obrigatoriamente pelo fornecedor.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. O contratado se obriga a fornecer os produtos de acordo com as especificações constantes de sua proposta, obedecendo rigorosamente no prazo de entrega, além de seguir as especificações do presente Edital e seus Anexos.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



13.1. Receber os produtos fornecidos pela CONTRATADA, devendo efetuar o correspondente pagamento no prazo estabelecido.

14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

14.1. O objeto da licitação será passível de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pela Administração da Atenção Básica e Hospital São José, farmacêuticos responsáveis das unidades e Secretaria Municipal da Saúde.

14.2. A Senhora **ADRIANA DE MORO LIMA**, portadora do RG. 33.317.300 e CPF nº. 222.224.168-50, Secretária da Saúde, será a responsável pela gestão e demais procedimentos mencionados neste Termo determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.3. O servidor designado abaixo será o fiscal responsável pelo acompanhamento do contrato, os quais acompanharão os pedidos e entregas em suas unidades específicas e emitirão pareceres ao gestor do contrato sobre os atos praticados pela CONTRATADA relativos à execução do contrato.

14.3.1. O servidor **ISAQUE MATEUS TOGNOLLI**, portador do RG nº 52.831.918-8 e CPF nº 456.485.268-06, Farmacêutico – CRF nº 97463 fica designado como fiscal responsável pelo acompanhamento dos Contratos/Atas, o qual acompanhará os pedidos e entregas em suas unidades específicas e emitirão pareceres ao gestor do contrato sobre os atos praticados pela CONTRATADA relativos à execução do contrato.

14.4. A fiscalização é exercida no interesse da CONTRATANTE não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos, ressaltando-se, ainda, que mesmo atestado o serviço adquirido, subsistirá a responsabilidade da CONTRATADA pela solidez, qualidade e segurança deste último.

14.5. A CONTRATANTE se reserva o direito de não receber os produtos em desacordo com as especificações e condições constantes deste Anexo, podendo rescindir a contratação e aplicar as penalidades previstas neste termo de referência e legislação pertinente.

14.6. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

15. SANÇÕES DE INADIMPLEMENTO

15.1. Havendo inadimplemento contratual, o contratado estará sujeito às penalidades previstas no edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

ANEXO II – Modelo de Proposta

OBS: cada Unidade Compradora deverá adaptar este modelo às suas necessidades, de acordo com as opções exercidas no Anexo I - Termo de Referência. Por isso, a edição também é livre neste Anexo II.

ITEM	DESCRIÇÃO SERVIÇOS	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
01				

- Validade da proposta 60 (sessenta) dias



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

ANEXO III

MODELOS DE DECLARAÇÕES

ANEXO III.1

MODELO A QUE SE REFERE O ITEM 4.1.4.1. DO EDITAL

(em papel timbrado da licitante)

Nome completo: _____

CPF nº: _____

DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____:

- a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº 42.911/1998;
- b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.2 deste Edital;
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



ANEXO III.2

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO
CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ___/___, Processo nº ___/___, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, tais como:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

IV – no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

ANEXO III.3

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.3. DO EDITAL.

Eu, _____, portador do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ___/___, Processo nº ___/___, **DECLARO**, sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

ANEXO III.4

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO COOPERATIVA QUE PREENCHA AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34, DA LEI FEDERAL Nº 11.488/2007 (em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM COOPERATIVAS, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.5 DO EDITAL.

Eu, _____, portador do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que:

- a) O Estatuto Social da cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;
- b) A cooperativa aufere Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a ser comprovado mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente;

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

ANEXO V

DADOS CONTRATUAIS

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO

Nome:
Profissão/ Cargo:
Estado Civil:
Naturalidade:
RG n°
CPF n°
Data de Nascimento:
Endereço Residencial:
E-mail Institucional:
E-mail Pessoal:
Telefone:

(Caso não seja o sócio ou proprietário que irá assinar a Ata de Registro deverá anexar também a procuração)

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0XX/2024

Processo Prefeitura Municipal de Itirapina n.º 681/2024

Pregão Eletrônico n.º 82/2024

O **MUNICÍPIO DE ITIRAPINA**, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na Prefeitura Municipal de Itirapina, sita à Avenida 01, nº 106, centro, Município de Itirapina, Estado de São Paulo, na qualidade de órgão gerenciador, neste ato representado pela Prefeita Municipal, a **Prof.ª MARIA DA GRAÇA ZUCCHI MORAES**, brasileira, casada, professora, portadora do RG nº x.xxx.xxx-x e CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, domiciliada à Rua 06, nº 389, Centro, Município de Itirapina, Estado de São Paulo, CEP 13530-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa _____ sito à _____, nº _____, Bairro _____, município de _____, Estado de _____, CEP _____, telefones _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, Inscrição Estadual _____, neste ato representado por _____, (qualificação completa), residente e domiciliado à _____, nº _____, Bairro _____, município de _____, Estado de _____, CEP _____, telefones _____, doravante denominada **CONTRATADA**, ambos acordam proceder, nos termos da Lei Federal nº14.133/2021, com alteração introduzida; Decreto Municipal nº 3.711, de 12 de abril de 2021 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e ao Edital do Pregão Eletrônico nº 0XX/2024, parte integrante do presente instrumento, conforme descrição do objeto e proposta de preço, constantes nos anexos que acompanham o edital, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento **Registro de Preços para aquisição de materiais hospitalares, com a finalidade de atender as necessidades do município de Itirapina/SP pelo período de 12 meses.**

1.2. Deverão ser respeitadas todas as especificações técnicas e as demais condições de fornecimento contidas no Termo de Referência que figurou como **Anexo I** do Edital que precedeu este Contrato e que dela fica fazendo parte integrante.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente ajuste será de 12 (doze) meses, com início em ___/___/___ e término em ___/___/___, podendo ser prorrogado mediante a celebração de Termo Aditivo nas hipóteses previstas no artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3. CLAUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art.92, IV, VII e XVIII)

3.1. O objeto da licitação será passível de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pela Administração da Atenção Básica e Hospital São José, farmacêuticos responsáveis das unidades e Secretaria Municipal da Saúde.

3.2. A Senhora **ADRIANA DE MORO LIMA**, portadora do RG. 33.317.300 e CPF nº. 222.224.168-50, Secretária da Saúde, será a responsável pela gestão e demais procedimentos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

mencionados neste Termo determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

3.3. O servidor designado abaixo será o fiscal responsável pelo acompanhamento do contrato, os quais acompanharão os pedidos e entregas em suas unidades específicas e emitirão pareceres ao gestor do contrato sobre os atos praticados pela CONTRATADA relativos à execução do contrato.

3.4. O servidor **ISAQUE MATEUS TOGNOLLI**, portador do RG nº 52.831.918-8 e CPF nº.456.485.268-06, Farmacêutico – CRF nº 97463 fica designado como fiscal responsável pelo acompanhamento dos Contratos/Atas, o qual acompanhará os pedidos e entregas em suas unidades específicas e emitirão pareceres ao gestor do contrato sobre os atos praticados pela CONTRATADA relativos à execução do contrato.

3.5. A fiscalização é exercida no interesse da CONTRATANTE não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos, ressaltando-se, ainda, que mesmo atestado o serviço adquirido, subsistirá a responsabilidade da CONTRATADA pela solidez, qualidade e segurança deste último.

3.6. A CONTRATANTE se reserva o direito de não receber os produtos em desacordo com as especificações e condições constantes deste Anexo, podendo rescindir a contratação e aplicar as penalidades previstas neste termo de referência e legislação pertinente.

3.7. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

3.8. Dados para contato com o gestor e fiscal da CONTRATANTE – Endereço: Avenida Um, nº 250, Centro. Itirapina/SP – Telefone: (19) 3575-9030 – E-mail: csfarmacia3@itirapina.sp.gov.br.

4. CLAUSULA QUARTA - DOS PREÇOS E ESPECIFICAÇÃO

4.1. O valor total registrado da presente ata é de R\$ ____ (____).

4.2. Fixados os valores unitários para o presente registro de preços.

Item	Descrição	Unidade	Qtd	Valor unitário

5. CLAUSULA QUINTA – DA ENTREGA DOS MATERIAIS, CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO.

5.1. A entrega dos materiais será parcial, ou seja, dividido em dois períodos.

5.2. A primeira entrega se dará quando a empresa receber a Autorização de Fornecimento e a segunda entrega 5 (cinco) meses depois.

5.3. Para que os materiais sejam aproveitados, a validade deve ser obedecida em cada entrega, conforme o item 10.1 do **Anexo I (DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO)**, podendo ser recusado o recebimento, caso não ocorra o cumprimento desse requisito item 9.5 e 9.5.7.

5.4. A empresa fica obrigada a entregar os materiais, quando solicitados, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência. A solicitação se fará perante Autorização de Fornecimento enviada por e-mail pelo Setor de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Itirapina para a CONTRATADA.



5.5. O local de entrega será descrito nas Autorizações de Fornecimento. Devem ser seguidos os horários abaixo para a entrega:

- A. Centro de Distribuição de Medicamentos da Atenção Básica, cito a Avenida Hum nº 250, Centro, CEP: 13.530-000, Itirapina/SP, onde as entregas deverão ser realizadas de Segunda a Sexta-Feira das 07h30min às 16h00min;
- B. Média e Alta Complexidade - Hospital São José, cito a Avenida 09, nº 709, Vila Cianelli, Itirapina/SP, onde as entregas deverão ser realizadas de Segunda a Sexta-Feira das 07h00min às 11h00min e 13h00min às 17h00min;
- C. Educação – Rua Quatro nº 867 villa garbi Itirapina/SP , almoxarifado da educação onde a entrega deverá ser feita de segunda a sexta Feira das 08h00min às 16h30min;

5.7. Não serão recebidas entregas em locais ou horários diversos ao estabelecido nas autorizações de fornecimento.

5.8. A entrega deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, do envio por e-mail da Autorização de Fornecimento pelo setor de Licitações e Compras para a CONTRATADA, salvo, se por motivo justo, a CONTRATADA, solicitar prorrogação 48 (quarenta e oito) horas antes de findar o prazo, e este pedido ser aceito pela Secretaria de Saúde.

5.9. Se a CONTRATADA não cumprir o prazo de entrega, sem justificativa formal aceita pela CONTRATANTE, decairá seu do direito de fornecer os materiais, sujeitando-se as penalidades previstas no Edital, sendo convocados os licitantes remanescentes em ordem de classificação.

5.10. Os medicamentos devem ser entregues obedecendo rigorosamente às condições do Edital, de seus anexos e a legislação vigente inerente ao objeto.

5.11. No caso dos itens amostrados, os materiais entregues devem corresponder exatamente à amostra.

5.12. Os materiais devem ser transportados em condições adequadas, sendo que a CONTRATADA responsabiliza-se pela quantidade das embalagens e danos resultantes do transporte inadequado. O armazenamento e o transporte dos produtos deverão atender às especificações técnicas do produto (temperatura, calor, umidade, luz) determinadas pela ANVISA.

5.13. O transporte será por conta da CONTRATADA, sem ônus de frete para a CONTRATANTE.

DA FISCALIZAÇÃO NO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

5.14. Todos os produtos deverão estar em conformidade com a Autorização de Fornecimento e vir acompanhados de Nota Fiscal contendo descrição do material, prazo de validade e lote.

5.15. Os entregadores devem aguardar a conferência dos itens para posterior assinatura do canhoto da Nota Fiscal respectiva.

5.16. O recebimento se dará em observância com o artigo 140 da Lei 14.133/2021, e ainda:

5.16.1. PROVISORIAMENTE, por auxiliares de farmácia ou farmacêuticos para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com a especificação, bem como se a Nota Fiscal encontra lavrada sem incorreções.



5.16.2. Cada unidade terá o prazo máximo de até 03 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento, para verificar se os produtos fornecidos e a NF estão em consonância com o Edital e com seus anexos.

5.16.3. DEFINITIVAMENTE, pelo profissional farmacêutico, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação.

5.17. Caso os produtos se encontrem desconforme ao exigido no Edital, o farmacêutico responsável por cada unidade notificará a CONTRATADA para substituí-los no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da notificação.

5.17.1. Em caso de irregularidades não sanadas pelo fornecedor, o farmacêutico responsável redigirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará a Secretaria de Saúde, para a aplicação de penalidades.

5.18. Os produtos serão recusados nas seguintes hipóteses:

5.18.1. Qualquer situação em desacordo entre os produtos e o Edital de licitação e de seus Anexos ou a Autorização de Fornecimento;

5.18.2. Nota Fiscal com especificação do objeto, quantidades em desacordo com o discriminado no Edital, seus anexos e na proposta adjudicada;

5.18.3. Nota Fiscal sem especificação de lotes e validades dos produtos.

5.18.4. Apresentarem vícios de qualidade, dificuldades ou serem impróprios para o uso, ou ainda possuírem defeitos de fabricação;

5.18.5. Forem verificadas condições inadequadas de transporte ou avarias nos produtos entregues.

5.18.6. Não corresponderem à marca registrada durante o processo de licitação.

5.18.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos produtos, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.18.8. O material, mesmo depois de aceito, ficará sujeito à substituição, desde que comprovada a pré-existência de defeitos, má fé por parte da Contratada, condições inadequadas de transporte, bem como alterações da estabilidade dentro do prazo de validade, que comprometam a integridade do produto.

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.19. Os materiais deverão ser fornecidos dentro do seu prazo de validade com vida útil mínima de 75% (setenta e cinco por cento). Prazos de validade inferiores deverão ser informados via e-mail aos farmacêuticos responsáveis para avaliação antes da entrega dos pedidos.

5.20. Os materiais, objeto desta licitação, deverão estar disponíveis para início do fornecimento a partir da data de assinatura do contrato.

5.21. Todas as despesas decorrentes dos fornecimentos são de responsabilidade da CONTRATADA, incluindo-se tributos, taxas e licenças municipais, estaduais e federais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre as mesmas, bem como todas as despesas gerais, diretas e indiretas.

5.22. O transporte, assim como a descarga dos materiais nas unidades de saúde, são responsabilidade da CONTRATADA.



5.23. A CONTRATADA deverá acatar e facilitar a ação de fiscalização do Município, cumprindo as exigências da mesma.

5.24. A CONTRATADA deverá aceitar os métodos e processos de acompanhamento, verificação e controle adotados pela Administração Pública.

5.25. A CONTRATADA deverá manter rigoroso controle de qualidade sobre os materiais fornecidos e, no caso de constatação de culpa, responderá civilmente por perdas e danos junto a Administração Pública ou terceiros prejudicados, sem prejuízo das sanções criminais pertinentes.

5.26. Caso o material licitado ou algum de seus lotes seja suspenso ou interditado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, a CONTRATADA deverá substituir, no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, o material em questão, sem ônus para o Município. No caso de futuros fornecimentos, a Secretaria de Saúde deverá ser comunicada para avaliação de troca de marca do material suspenso.

5.27. A CONTRATADA deverá comunicar ao município qualquer anormalidade, prestar esclarecimentos pertinentes e providenciar as devidas correções.

5.28. Não é permitida a transferência a outrem do objeto da presente licitação.

5.29. Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo ser essas solicitadas a qualquer tempo.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/21, no Decreto Municipal nº 4.088/2023 e nas demais normas complementares.

6.2. Uma vez registrados o(s) preço(s), a Administração poderá convocar o Detentor a fornecer o(s) produto(s) respectivo(s), na forma e condições fixadas no edital, anexos e nesta ARP.

6.3. A existência de preço(s) registrado(s) implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no instrumento convocatório e na sua proposta, mas não obrigará a contratação, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

6.4. É vedada a aquisição do(s) produto(s) por valor(es) superior(es) ao(s) registrado(s) vigente(s).

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DA ATA

7.1. A contratação do objeto licitado será efetivada mediante emissão de Nota de Empenho ou outro instrumento equivalente, que substituirá o instrumento de contrato, nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/21.

7.2. Após autorização, a Contratante encaminhará Nota de Empenho ou outro instrumento equivalente ao Detentor da ARP, via e-mail.

7.2.1. A comprovação de que a Detentora recebeu a Nota de Empenho ou outro instrumento equivalente deverá ocorrer via e-mail ou outro meio de comunicação eficaz.



8. CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO DE MARCA E DE PREÇO

8.1. Os preços registrados não será objeto de reajuste, repactuação, rescisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo.

8.1.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, nas seguintes situações:

8.1.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da **alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;**

8.1.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.2. A ARP poderá ser alterada mediante a substituição de marca nas seguintes condições:

I - Por solicitação do Órgão ou da Entidade Gerenciadora, se comprovado que a marca não mais atende às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável;

II - Por requerimento do Detentor, que deve ser apreciado pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora, em hipótese que comprove a impossibilidade de fornecimento.

8.2.1. O Órgão ou Entidade Gerenciadora somente poderá aquiescer com a substituição requerida pelo Detentor se comprovadamente houver igualdade de condições ou vantagem para o interesse público.

8.2.2. A substituição de marca implicará em nova análise do produto, conforme previsto no edital, anexos e na legislação aplicável.

8.2.2. O indeferimento total ou parcial do pedido de alteração não desobriga o Detentor do compromisso assumido nem o exime de eventuais penalidades por descumprimento contratual.

8.2.3. O Detentor não será liberado do compromisso assumido ainda que os preços de mercado se tornem superiores ao registrado.

8.2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes remanescentes ou integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou proceder à revogação do item, ou do grupo/lote, ou de toda a ARP, conforme o caso, adotando as medidas cabíveis para obter a contratação mais vantajosa.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. A Contratada obriga-se a:

9.1.1. Substituir, às suas expensas, imediatamente o produto que apresentar má qualidade e que não atenda as especificações técnicas deste objeto;

9.1.2. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificações exigidas;

9.1.3. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;



9.1.4 A CONTRATADA deverá aceitar os métodos e processos de acompanhamento, verificação e controle adotados pela Administração Pública.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

10.1. São obrigações do Contratante:

10.1.1. Verificar minuciosamente, o prazo fixado no Termo de Referência, a conformidade do produto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA/SP;

10.1.2. Emitir as Autorizações de Fornecimento - AF e encaminhá-las ao fornecedor por qualquer meio idôneo, inclusive por meio de e-mail;

10.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado nesta ata de registro.

10.1.4. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

10.1.5. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO

11.1. A Prefeitura Municipal de Itirapina efetuará o pagamento até **30 (trinta) dias** contados da apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica – NFE devidamente atestada pelo setor, em conta corrente vinculada ao CNPJ da Detentora.

11.2. Havendo erro na Nota Fiscal Eletrônica - NFE ou outra circunstância que desaprove a liquidação, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer tipo de ônus para a Prefeitura.

11.3. Caso haja documentos faltantes ou incorretos, notificação interna de pendências ou irregularidades quanto aos produtos não será iniciada a contagem do prazo para pagamento.

11.4. A título de pagamento a contagem do prazo será a data de recebimento da Nota Fiscal atestada por esta prefeitura.

11.5. Os quantitativos estão com porcentual de reserva, desta forma caso alguma secretaria no decorrer da vigência necessite de alguma estrutura, deverá ser realizado apostilamento para posterior pagamento com a verba da respectiva.

12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES E MULTAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Detentora que:

- A.** Der causa à inexecução parcial da Ata de Registro;
- B.** Der causa à inexecução parcial da ata de Registro que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- C.** Der causa à inexecução total da Ata de Registro;



- D.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- E.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- F.** Não celebrar a Ata de Registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- G.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- H.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- I.** Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- J.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- K.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- L.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i)** Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii)** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii)** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv)** Multa:
 - (1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias
 - (2) moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - (a) O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - (3) compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)



12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)



12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13. CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

13.1.1. Secretaria Municipal de Saúde

Despesas: **190/1422**

Categoria Econômica: **3.3.90.39.00**

Funcional programática: **10.301.9023.2.145**

Código de Aplicação: 1100000

Despesas: **945/1425**

Categoria Econômica: **3.3.90.39.00**

Funcional programática: **10.301.9023.2.146**

Código de Aplicação: 1100000

13.1.2. Secretaria Municipal de Educação – Ensino Infantil

Despesa: **702**

Categoria Econômica: 33.90.30.00

Fonte: 01

Código de Aplicação: 2120000

Funcional programática: 12.365.9039.2158

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA

14.1. O fornecedor ficará obrigado a reparar, corrigir ou substituir, no todo ou em parte o material que verificarem imperfeições ou defeitos decorrentes de fabricação no prazo de 05 dias.

14.2. Se algum produto apresentar irregularidade, a Prefeitura poderá enviar a um Laboratório de sua escolha, uma amostra para elaboração de laudos conclusivos para a verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que os produtos que se identificam com aqueles apresentados em sua proposta, sendo que neste caso as despesas correrão por conta da Empresa Contratada. A Prefeitura o fará quando no curso da execução contratual, verificada a qualidade do produto fornecido diferente daquelas especificadas por ocasião da assinatura do contrato cujas características contrariem as definidas no **anexo I** do Edital, produtos estes estragados, alterados e/ou adulterados.

14.3. Durante o período do contrato, a Prefeitura poderá requerer do Município sede da Licitante, informações relacionadas ao Alvará de Funcionamento, bem como atestados de vistoria realizados pela Vigilância Sanitária local; caso o órgão fiscalizador encontre irregularidades, serão adotadas providências para o cancelamento do Contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES (art.124)



15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. A detentora é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

16.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

16.1.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

16.1.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

16.1.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

16.1.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

16.1.6. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

16.1.7. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

16.1.8. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

16.1.9. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

16.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

16.2.1. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 desta Lei](#);

16.2.2. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

16.2.3. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

16.2.4. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

16.2.5. Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no



projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, seguindo as disposições na lei 14.133, de 2021 e demais normais federais aplicáveis.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS IMPOSTOS

18.1. Os tributos e demais encargos (impostos, contribuições fiscais e parafiscais, etc.) se devidos em decorrência, direta ou indireta, deste instrumento ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, que os recolherá, sem direito a reembolso. O CONTRATANTE quando for retentor, descontará e recolherá, nos prazos da Lei, os pagamentos que efetuar, à parte que for devida pela CONTRATADA, segundo a legislação vigente.

18.2. Serão retidos por parte da Prefeitura de Itirapina, os valores referentes ao ISSQN, entre outros, que incidirem sobre o valor total dos serviços contratados e executados (sobre o valor total da nota fiscal/fatura), conforme legislação vigente.

18.3. É obrigatório conter o destaque do IRRF, ou o envasamento legal de sua não incidência, além do valor bruto do título e o valor líquido devido, sob pena de sofrer a retenção sobre o valor total, **de acordo com a Instrução Normativa 2.145 de 26 de junho de 2023.**

19. CLÁUSULA DECIMA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

19.1. O Órgão ou Entidade Gerenciadora poderá cancelar o registro de preços do Detentor, total ou parcialmente, observados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I – Descumprimento parcial ou total, por parte do detentor, das condições da ARP;

II – Não retira a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III – Não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV – Sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/2021

V – Por razões de interesse público, reduzida a termo no processo;

VI – Por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;

VII – Quando o detentor for suspenso ou impedido de licitar e contratar com a administração municipal;

VIII – Quando o detentor for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública;

IX – Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a administração;

X – Por ordem judicial.



XI - No caso de alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato.

XII - Nos casos em que o Detentor estiver envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. A solicitação do Detentor para cancelamento do registro de preço deverá ser formulada por escrito, assegurando-se o fornecimento do bem registrado por prazo mínimo de trinta (30) dias, contado a partir da comprovação do recebimento da solicitação do cancelamento, salvo na hipótese da impossibilidade de seu cumprimento, devidamente justificada e aprovada pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora.

19.3. O Detentor poderá solicitar o cancelamento do seu preço registrado na ocorrência de fato superveniente decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados, bem como nas hipóteses compreendidas na legislação aplicável a que venham comprometer o fornecimento do bem

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA FRAUDE, CORRUPÇÃO E CASOS OMISSOS

20.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

20.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusivas”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste contrato; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

20.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

20.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

20.5. Os casos OMISSOS relativos à execução do contrato serão resolvidos pelas partes, com a estrita observância das disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação complementar aplicável à espécie.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO (art. 92, §1º)

21.1. É eleito o Foro da Comarca de Itirapina/SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata de Registro que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

22.2. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica ajustado, ainda, que:

I. Consideram-se partes integrantes da presente Ata de Registro, como se nele estivessem transcritos:

- a.** o Edital mencionado no preâmbulo e seus anexos.
- b.** a proposta apresentada pela DETENTORA;

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento **em 03 (três) vias**, que, lido e achado conforme pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Itirapina, de de 20XX.

Prof.^a Maria Da Graça Zucchi Moraes
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Nome do Representante

Cargo na empresa

Testemunhas:

Adriana de Moro Lima

Gestora

CPF: 222.224.168-50

Isaque Mateus Tognolli

Fiscal

CPF: 456.485.268-06



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

ANEXO VIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 681/2024 – Modalidade: Pregão Eletrônico nº 82/2024 – Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais hospitalares, com a finalidade de atender as necessidades do município de Itirapina/SP pelo período de 12 meses.

Ata de Registro nº 0xx/2024, assinado em ___ de ____ de 2024.

Contratante: Prefeitura Municipal de Itirapina – CNPJ nº 46.313.714/0001-50.

Contratada: _____ – CNPJ nº _____.

Vigência: de xx/xx/2024 a xx/xx/2024 – 12 (doze) meses.

Valor Total Contratado: R\$ ____ (____).

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- A) O ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- B) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- C) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- D) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Local e Data: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA, __ DE _____ DE 2024.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO:

Nome: **MARIA DA GRAÇA ZUCCHI MORAES**

Cargo: Prefeita Municipal

CPF nº 553.097.808-82

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome: **MARIA DA GRAÇA ZUCCHI MORAES**

Cargo: Prefeita Municipal

CPF nº 553.097.808-82



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE PELO CONTRATANTE:

Nome: **MARIA DA GRAÇA ZUCCHI MORAES**

Cargo: Prefeita Municipal

CPF nº 553.097.808-82

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE PELA CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF nº

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: **ADRIANA DE MORO LIMA**

Cargo: Secretária Municipal de Saúde

CPF nº 222.224.168-50

Assinatura: _____



ANEXO VI.B

CADASTRO DO RESPONSÁVEL

Processo Administrativo nº 681/2024 – Modalidade: Pregão Eletrônico nº 82/2024 – Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais hospitalares, com a finalidade de atender as necessidades do município de Itirapina/SP pelo período de 12 meses.

Ata de Registro nº 0xx/2024, assinado em ____ de ____ de 2024.

Contratante: Prefeitura Municipal de Itirapina – CNPJ nº 46.313.714/0001-50.

Contratada: _____ – CNPJ nº _____.

Vigência: de xx/xx/2024 a xx/xx/2024 – 12 (doze) meses.

Valor Total Contratado: R\$ ____ (____).

Responsável pelo atendimento a requisições de documentos do TCESP.

Nome	
Cargo	
Endereço do Órgão	Rua 05, nº 245, Centro – Itirapina/ SP – CEP 13.530 - 000
Telefone e Fax	(19) 3575-9202
E-mail Institucional	Secsaude5@itirapina.sp.gov.br

Itirapina, xx de xxxx de 2024.

Prof.^a MARIA DA GRAÇA ZUCCHI MORAES

Prefeita Municipal

ADRIANA DE MORO LIMA

Secretária Municipal de Saúde

Gestora da Ata de Registro



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 - CP: 46

CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta

FONE (19) 3575-9000 FAX (19) 3575-9021

ANEXO VI.C

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

Processo Administrativo nº 681/2024 – Modalidade: Pregão Eletrônico nº 82/2024 – Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais hospitalares, com a finalidade de atender as necessidades do município de Itirapina/SP pelo período de 12 meses.

Ata de Registro nº 0xx/2024, assinado em ___ de ____ de 2024.

Contratante: Prefeitura Municipal de Itirapina – CNPJ nº 46.313.714/0001-50.

Contratada: _____ – CNPJ nº _____.

Vigência: de xx/xx/2024 a xx/xx/2024 – 12 (doze) meses.

Valor Total Contratado: R\$ ____ (____).

Supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Itirapina, ___ de ____ de 2024.

Prof.^a MARIA DA GRAÇA ZUCCHI MORAES

Prefeita Municipal

ADRIANA DE MORO LIMA

Secretária Municipal de Saúde

Gestora da Ata de Registro